

Acordo político com os ...

por Celso Pinto
de Nova York

(Continuação da 1ª página)

pelo menos US\$ 1 bilhão a mais do que, oficialmente, o ministro da Fazenda, Ernane Galvêas, se dispôs a mencionar, há duas semanas, em Nova York.

É certo, portanto, que as reservas ao final deste ano deverão ser superiores a US\$ 7 bilhões, como efeito, principalmente, de um superávit comercial não inferior a US\$ 12,5 bilhões (e não US\$ 11 bilhões, como se projeta oficialmente).

Para o próximo ano, apesar das incertezas e da discreção, pelo menos dois dados são admitidos, tanto por Pastore quanto por Galvêas: o superávit comercial deverá ficar ao redor de US\$ 10 bilhões (supondo-se, nesta cifra, um menor ritmo de crescimento norte-americano) e a conta de juros, em torno de US\$ 12 bilhões.

Somando-se à conta dos juros o pagamento de outros serviços (como fretes e royalties), mas deduzindo-se do total o ingresso de investimentos diretos (estimados em pelo menos US\$ 1 bilhão) e outros créditos oficiais (as parcelas do empréstimo do FMI, o dinheiro do Banco Mundial e outros créditos oficiais), chega-se ao valor-chave: quanto de dinheiro seria preciso tomar emprestado ou queimar de reservas para zerar o balanço de pagamentos.

Alguns destes números ainda estão em negociação, como é o caso dos programas com o BIRD, mas é fácil concluir que a hipótese de não ser necessário "dinheiro novo" não é absurda. As próprias autoridades brasileiras admitem que, se este cenário descrito acima se confirmar, "tecnicamente" não será preciso contratar empréstimos adicionais dos bancos.

DECISÃO POLÍTICA

A decisão, contudo, é política. Se o Brasil quiser sustentar uma taxa de crescimento econômico mais generosa no próximo ano, quiser ter uma maior margem de manobra para enfrentar surpresas na área externa e não se obrigar a um esforço tão gigantesco nas suas exportações, mais aconselhável será garantir algum dinheiro novo na "fase 3".

Para os bancos, a base de considerações é semelhante. Os bancos não querem repetir a situação de 1983, quando, por subestimarem as necessidades brasileiras, tiveram de negociar novo pacote antes do final do ano. Mas tampouco gostam da idéia de o Brasil aumentar ainda mais suas reservas e, assim, seu poder de barganha.

Há, além disso, um problema concreto: muitos bancos, especialmente os de menor porte e alguns europeus, realmente encararam com grande má vontade a perspectiva de aumentar ainda mais sua carteira de empréstimos ao Brasil. Eles foram compelidos a fazer isso no ano passado, mas havia o argumento forte de que era preciso evitar o caos. É claro que, se os números indicarem que o Brasil poderia dispensar dinheiro novo, será preciso, novamente, um árduo trabalho de convencimento, pelos grandes bancos, para fechar um novo pacote.

São também basicamente considerações políticas que têm prevalecido na definição de posições sobre outra questão crucial: é melhor fechar uma negociação rápida e limitada ao próximo ano ou fazer um

pacote multianual, montado com o aval do futuro presidente?

A impressão que fica a partir de diferentes conversas com grandes banqueiros é de que não há, ainda, posição fechada a respeito. Alguns privilegiam as vantagens de evitar a tensão de negociações lentas. Outros temem pela substância de qualquer acordo que não envolva a participação do novo governo, ou seja, fechado antes de 15 de janeiro.

PACOTES

O governo brasileiro, como se depreende de declarações do ministro Galvêas, não vê inconvenientes em negociar pacotes multianuais, desde que a negociação envolva exclusivamente a previsão de "rolagem" de amortizações e não fixe patamares rígidos para os juros. É óbvio que o novo presidente, qualquer que seja, desejará obter condições mais vantajosas com os bancos. Se ele estiver atado por um acordo anterior envolvendo taxas de juros, reduzirá seu espaço de manobra.

A negociação rápida e envolvendo apenas um ano, por sua vez, tem seu apelo: já que parece inevitável enfrentar pedidos mais duros do próximo presidente, talvez fosse mais vantajoso aos bancos acertar algo parcial, rapidamente, e deixar a rodada mais difícil para 1985.

Há um fator básico: mesmo que os bancos decidam esticar as negociações até março, ou mais ainda, em fevereiro será indispensável refazer pelo menos o acordo referente aos projetos 3 (créditos comerciais) e 4 (recursos do interbancário). O acordo deste ano vence em fevereiro de 1985 e, sem novo entendimento, poderá haver complicação. Já para os projetos 1 e 2 (rolagem e dinheiro novo), a folga nas contas externas, permitindo uso de reservas, ou a postergação no pagamento de amortizações poderiam ser soluções provisórias para esticar a negociação.

A terceira questão que falta definir são as condições de prazos e juros. Neste ponto, os bancos internacionais partem de uma posição bastante clara: o máximo que o Brasil poderá obter é o que o México conseguiu, mas é provável que ganhe menos do que os mexicanos. A grande diferença entre os dois países, na argumentação dos banqueiros, é o fato de o Brasil, provavelmente, pedir algum dinheiro novo, ao contrário do México, além de oferecer uma situação de incerteza política e uma inflação preocupante.

Nesta área, prevalecerá a barganha e a habilidade de ambos os lados. O governo brasileiro, de toda forma, já admite, hoje, o fato de o México ser o teto e não a base para a negociação. Há alguns meses, respirava-se, em Brasília, um clima de otimismo sobre a perspectiva de o Brasil obter melhores condições a exemplo do que ocorreu em 1983.

Acerto político com os bancos

por Celso Pinto
de Nova York

Quase duas semanas de conversas entre autoridades brasileiras e bancos internacionais, nos Estados Unidos, parecem ter deixado pelo menos uma conclusão: mais uma vez, o centro das disputas, na próxima negociação, será em torno do volume de recursos necessários. E o principal critério em jogo será muito mais político do que técnico.

As negociações formais só serão abertas no final de outubro — provavelmente no dia 25, em Paris. É natural, portanto, que até lá cada um dos lados cometa exageros propositalmente para tentar sentar na mesa com uma posição negociadora mais vantajosa.

É provável que boa parte das declarações de banqueiros internacionais, nas conversas que tiveram com jornalistas, nas dezenas de recepções oferecidas ao longo da reunião anual do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial (BIRD) em Washington, na última semana, deva ser entendida desta forma. Muitos destes banqueiros abandonaram a disciplina habitual para comentar, sem muitas metáforas, sua pouca disposição para colocar mais "dinheiro novo" no Brasil em 1985.

Da mesma forma, as autoridades brasileiras têm insistido em manter estimativas intencionalmente vagas, quando se pergunta quantos dólares estão no jogo. A cifra de US\$ 3 bilhões, usualmente mencionada, parece cristalinamente superestimada.

O problema não é tanto tentar descobrir a verdade entre estes extremos, mas definir o que, politicamente, o Brasil está disposto a negociar e até onde, politicamente, os bancos estão dispostos a ceder.

As contas externas, do ponto de vista estritamente "técnico", trabalham a favor da hipótese dos bancos. O presidente do Banco Central (BC), Affonso Celso Pastore, admite que as reservas atuais do País, se medidas pelo fluxo do caixa externo do BC, somam hoje mais de US\$ 6,5 bilhões.

(Continua na página 12)

Conseguir um "spread" (taxa de risco) melhor na próxima rodada de negociação da dívida externa brasileira pode trazer sérios problemas para as agências de bancos brasileiros no exterior. Grande parte dessas instituições está levantando dinheiro no "overnight" em Nova York e conseguindo bons lucros com a diferença entre o "spread" aceito na negociação e seu custo de captação.

(Ver página 12)